

UM RETRATO DO MUNDO FUNERÁRIO ROMANO NO NORDESTE ALENTEJANO (PORTUGAL) À LUZ DO CONTRIBUTO DE ABEL VIANA E ANTÓNIO DIAS DE DEUS

THE ROMAN FUNERARY EVIDENCES IN THE NORTH-EAST OF ALENTEJO (PORTUGAL) – A PORTRAIT BASED ON THE CONTRIBUTION OF ABEL VIANA'S AND ANTÓNIO DIAS DE DEUS'S WORKS

MÓNICA ROLO

UNIARQ- CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

✉: monicasrolo@gmail.com

ANALES
DE ARQUEOLOGÍA
CORDOBESA
NÚMERO 29 (2018)

"When the gods created mankind/ they appointed death for mankind/ kept eternal life in their own hands".

(DALLEY, 1991: 107-108, 150, *apud* DAVIES, 1999: 53)

RESUMO

No presente artigo apresenta-se uma visão geral de um conjunto de espaços funerários explorados, em meados do séc. XX, na região do actual Nordeste Alentejano (Portugal). Trata-se de uma amostra de 22 arqueossítios com evidências de natureza funerária, em contexto rural no território da antiga província da Lusitânia. O espólio exumado aponta para um âmbito cronológico lato, compreendido, entre a II Idade do Ferro (séc. III/ II a.C.) e a Antiguidade Tardia (séc. VII/ VIII d.C.).

Palabras-clave: Arqueología funeraria, Alentejo (Portugal), ritos, cultura material.

ABSTRACT

The current paper presents a general view of 22 funerary sites explored, in mid-twentieth century, in the area of North Alentejo (Portugal). All necropolises are located in rural context in the territory of roman province of Lusitania. The grave goods collected suggest a wide chronological sphere, since II Iron Age (3rd/ 2nd centuries BC) until Late Antiquity (7th/ 8th centuries AD).

Key-words: Funerary Archaeology, Alentejo (Portugal), rites, material culture.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do presente artigo apresenta-se uma resenha dos resultados da investigação realizada, no âmbito do nosso projecto de Doutoramento, sobre as designadas «necrópoles céltico-romanas elvenses».¹ Entenda-se esta designação como o conjunto de necrópoles identificadas, referenciadas e, num significativo número de casos, escavadas por António Dias de Deus e outros funcionários da antiga Colónia Agrícola Correccional de Vila Fernando (Elvas, Portalegre, Portugal)², durante as décadas de 40 e 50 do séc. XX, no território do actual Nordeste Alentejano, e, em particular, na região de Elvas.

Durante a segunda metade do séc. XIX e inícios do séc. XX, a cidade de Elvas, para além de “*um natural ponto de paragem*” no quadro das ligações terrestres internacionais, distinguia-se pelo dinamismo cultural cultivado por uma elite local, entre a qual se destacaram nomes como António Thomaz Pires, Victorino d’Almada ou José da Silva Pição (Almeida, 1999-2000: 55-56). A par da especial preferência destes intelectuais por temáticas como a Arqueologia e Etnografia, a riqueza arqueológica do território elvense constituiu um particular foco de interesse para investigadores nacionais e estrangeiros

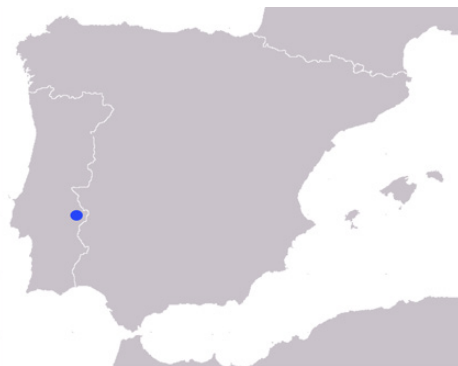


Fig. 1. Localização da área em estudo no território actualmente português (Adaptado de https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Iberian_Peninsula_location_map.svg).

(id. ibidem). A propósito deste período, Abel Viana escreveu: “*Sobretudo desde o último quartel do século passado se vêm [sic] fazendas pesquisas arqueológicas na região elvenses e suas confinantes, quase totalmente realizadas por simples amadores de curiosidades, ou por indivíduos que com o produto de suas buscas serviam, remuneradamente, colecionadores particulares de uma e outro lado da fronteira./ O eminente folclorista Tomás Pires não hesitou em utilizar-se de um destes escavadores mercenários, a fim de juntar no Museu Municipal de Elvas os objectos que por tal via pudesse obter. (...)/ Estas buscas incidiram, principalmente, nas inumeráveis antas daquela vasta área alto-alentejana e, como é natural, em vista da qualidade dos rebuscadores, nem tiveram orientação científica nem, na grande maioria dos casos, trouxeram vantagem ao conhecimento pré-histórico da província./ Das épocas pré-romana, romana e visigótica, (...), não existe igualmente, notícia de qualquer exploração [sic] metódica e competentemente orientada.*” (Viana, 1952: 1). Na verdade,

¹ Projecto desenvolvido na qualidade de bolsreira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia – FCT SFRH/ BD/ 77562/ 2011.

² Instituída em 1880 sob a designação de Escola Agrícola de Vila Fernando, só abriu portas a 6 Outubro de 1895, destinando-se a “*corrigir e educar indivíduos menores que podiam constituir um perigo para a sociedade (vadios, mendigos, desvalidos e desobedientes)*” (Henriques, 2014: 152). Em 1898 passou a denominar-se Colónia Agrícola Correccional, tendo funcionado, sob a alçada do Ministério da Justiça, até 2007, ano do encerramento da instituição (idem: 155-156).

as ‘pesquisas’ e recolhas que viriam a ser levadas a cabo, a partir do segundo quartel da passada centúria, pelos funcionários do estabelecimento correcional de Vila Fernando, enquadram-se neste retrato da actividade de “*simples amadores de curiosidades*”, mas acabariam por saldar-se num dos mais prolíficos momentos da Arqueologia regional, e nacional (Fig. 1).

2. LIMITAÇÕES E OBJECTIVOS

No decurso do nosso projecto de investigação ficou para nós evidente que a impossibilidade de reconstituição dos conjuntos funerários destes espaços funerários resulta, desde logo e a montante, da ausência dessa intenção por parte dos seus ‘escavadores’. Em nosso entender, parece ficar claro que, a par de alguma ‘arqueologia de salvamento/ emergência’ levada a cabo pelos funcionários da Colónia Correcional de Vila Fernando (e em particular por A. Dias de Deus) entre meados da década de 30 e meados da década de 50 do séc. XX, estes pretenderam, em primeiro lugar e acima de tudo, dar azo a uma actividade concebida como recreativa, que visava a recolha de objectos (os chamados “*tesouros*”) para as respectivas colecções particulares. A preocupação com o contexto parece só ter sido incutida por Abel Viana, em finais dos anos 40 e na derradeira fase de pesquisas, pelo que as limitações dos métodos de registo e escavação colocados em prática haveriam de ditar inevitáveis lacunas no entendimento e estudo dos arqueossítios intervencionados e, em especial, dos contextos sepulcrais. Sem o reconhecimento da importância do ‘contexto selado’³ que podia

representar cada enterramento identificado e escavado, os ‘pesquisadores’ de antanho reduziram exponencialmente (ainda que, acreditamos, sem consciência disso) as potencialidades do estudo das realidades arqueológicas que ‘salvaram’. Assim, para além da inviabilidade de reconstituição da maioria dos conjuntos funerários, debatemo-nos com a impossibilidade de associar o espólio a uma leitura estratigráfica dos arqueossítios e com a dificuldade de perceber quais os materiais que poderão corresponder a intrusões assíncronas e, conseqüentemente, a elementos perturbadores da leitura e interpretação da amostra reunida (Zarzalejos Prieto & Jaramillo Fernández, 2015: 513).

À margem de todos os condicionalismos que explicam a ausência de resposta para muitas das questões passíveis de serem formuladas sobre as designadas «necrópoles céltico-romanas elvenses», o nosso trabalho de investigação teve como propósito fornecer uma visão de conjunto de toda a informação disponível sobre a temática em causa. Através da compilação da informação documental acessível, realocização dos arqueossítios no terreno, identificação e (re)localização de todo o espólio que se lhes encontra atribuído, e respectiva quantificação e inventariação, pretendeu-se apresentar uma abordagem integrada dos dados reunidos, simultaneamente sincrónica e diacrónica (Moreno Romero, 2007: 28). A nossa intenção não foi a de substituir-nos aos estudos previamente realizados por outros investigadores sobre o espólio atribuído a estas necrópoles, mas antes a de congregar toda a informação disponível e complementá-la, na medida do possível, com novos dados. Deste modo almejou-se traçar

³ Alarcão, 1988: 207.

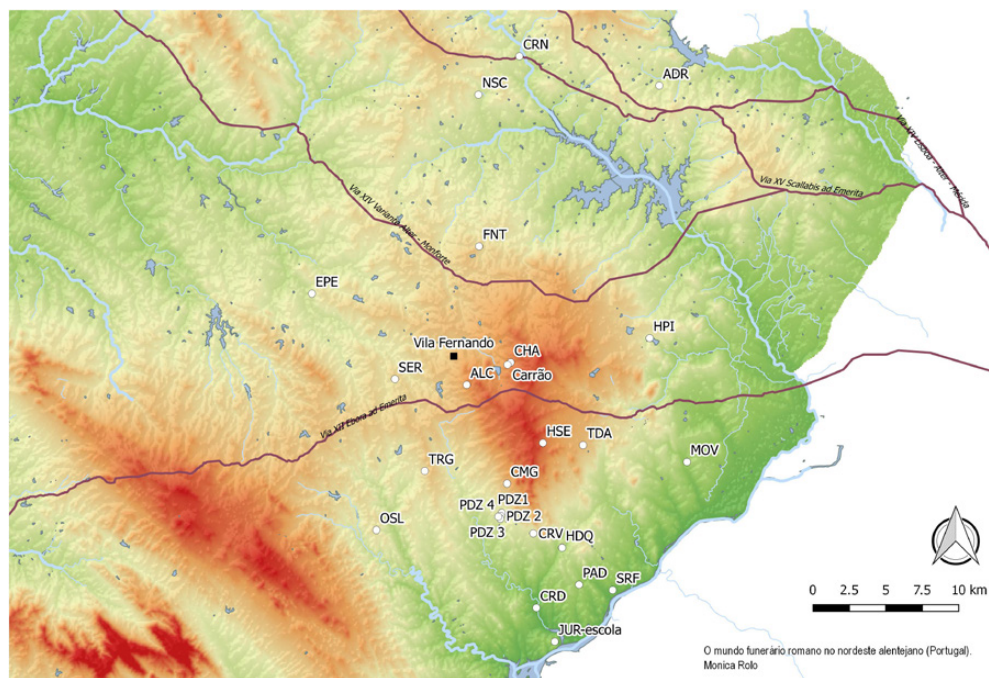


Fig. 2. Localização dos arqueossítios em análise (autoria: Jesús García Sánchez).

um retrato geral dos trabalhos arqueológicos levados a cabo em meados do século XX, e da realidade funerária romana posta a descoberto no decurso desses mesmos trabalhos, numa tentativa de exegese pessoal, à luz da mais recente (e numerosa) investigação desenvolvida, a nível internacional, sobre a temática da Arqueologia Funerária.

3. A AMOSTRA DE ESTUDO

O conjunto de 22 arqueossítios com evidências funerárias de época romana (mas não só) que tomámos como amostra de estudo, constitui apenas uma parte de um vasto conjunto de sítios, de cronologias e características bastante diversas, explorados entre 1934

e 1955, ao longo de um dilatado perímetro de acção que, a partir de Vila Fernando, abarcou o lado Este do actual distrito de Portalegre (concelhos de Elvas, Campo Maior, Arronches, Monforte, Fronteira, e Avis) e se estendeu até ao norte do distrito de Évora (concelhos de Mora, Estremoz, Borba, Vila Viçosa, e Alandroal). Os espaços funerários estudados distribuem-se, em particular, pelo território do actual concelho de Elvas (Alcarapinha, Herdade da Chaminé, Herdade da Camugem, Herdade de Fontalva, Horta das Pinas, Horta da Serra, Monte da Ovelheira, Herdade do Padrão, São Rafael, Serrones, Terrugem e Torre das Arcas), mas também pelo território dos actuais concelhos de Monforte (Eira do Peral), Arronches (Nossa Sra. do Carmo e Herdade das Carninhas), Campo

Maior (A-do-Rico), Vila Viçosa (Padrãozinho, Olival da Silveirinha, Anta do Carvão e Herdade dos Queimados), e Alandroal (Cardeira e Juromenha).

Apurou-se um total de cerca de 821 enterramentos e reuniu-se uma amostra geral de 1078 peças atribuídas às necrópoles romanas alto alentejanas. No entanto, apenas 35% dos materiais que constituem tal amostra de estudo, isto é, aproximadamente 381 itens, se encontram atribuídos a um contexto de sepultura, tendo sido possível identificar e reconstituir (de forma integral ou parcial) 117 conjuntos funerários.⁴ Os espaços funerários com maior número de conjuntos de oferendas identificados correspondem ao núcleo de Padrãozinho 4, com cerca de 149 peças associadas a 64 das 128 sepulturas ali exploradas, e Torre das Arcas, com 94 peças atribuídas a 38 dos 79 contextos sepulcrais documentados. Esta identificação dos conjuntos funerários foi fundamental para a definição, com maior ou menor acuidade, das balizas cronológicas para cada enterramento em particular, e para a utilização diacrónica dos distintos espaços funerários em geral (Fig. 2).

4. O RETRATO DOS ESPAÇOS FUNERÁRIOS – RITOS E FUNUS

No que respeita às práticas funerárias documentadas, as evidências em estudo revelaram um claro predomínio da prática do rito da incineração entre o conjunto dos enterramentos estudados, correspondendo a cerca de 55% (449 casos estimados) da globalidade da amostra. Este valor contrasta com os

37% associados à inumação (304 ocorrências) e 8% (68 ocorrências) de enterramentos de rito indeterminado/ não identificado⁵. Se restringirmos a amostra aos enterramentos de cronologia romana e tardo-antiga, excluindo assim as evidências funerárias da Idade do Ferro, as diferenças de representatividade entre ritos esbatem-se, perfazendo as incinerações e inumações a mesma percentagem – cerca de 45%. Seja como for, quaisquer dos valores apresentados devem ser entendidos apenas como valores de referência, e não como valores absolutos, quer pelo facto de nenhum dos arqueossítios em questão ter sido integralmente escavado, limitando-nos a uma visão truncada da realidade arqueológica daqueles espaços funerários, quer pelas imprecisões dos dados conhecidos. Do conjunto de 22 arqueossítios estudados, a maioria (13) encontram-se associados à prática exclusiva de um dos ritos ou a rito indeterminado. Em seis das necrópoles, designadamente Eira do Peral, Chaminé, Serrotes, Torre de Arcas, Terrugem e Padrãozinho documenta-se a prática da incineração e inumação, em paralelo com algumas sepulturas de rito indeterminado. Vejam-se, por exemplo, em Torre das Arcas, as sepulturas 7 e 11, de incineração e inumação, respectivamente, e ambas genericamente datáveis do séc. III – IV d.C. Por sua vez, as sepulturas 40, 43, 50 e 56 parecem confirmar a proposta de um *terminus post quem* da segunda metade do séc. II d.C. para a introdução da prática do rito de inumação naquela necrópo-

⁴ Somam-se assim 51 conjuntos aos já referenciados por outros autores em estudos anteriores (Nolen 1985; 1995-1997).

⁵ Designamos por 'rito indeterminado' as situações em que as evidências arqueológicas não possibilitaram aos 'escavadores' a identificação do rito associado às sepulturas.

le elvense.⁶ Contrastando com as evidências documentadas em Torre das Arcas, em Padrãozinho 4 observa-se a prática exclusiva da incineração, mesmo em contextos sepulcrais datáveis de meados do séc. III d.C. À luz dos dados disponíveis, reitera-se pois a ideia de que “*os dois rituais funerários (...), coexistiram, no Nordeste Alentejano, no espaço e no tempo*” (Frade & Caetano, 1993: 859 e 870; ver também Frade & Caetano, 2004: 332) e que, nos casos documentados, as eventuais vicissitudes e/ou concepções mentais que justificaram a opção por um ou outro rito não se refletiram numa diferenciação da cultura material associada aos enterramentos. Esta evidência encontra paralelo nas necrópoles rurais da Bética e Tarraconense, onde se observa a coexistência dos dois ritos em plena época alto-imperial, à semelhança do que se verificaria na própria capital do Império (González-Villaescusa, 2001: 78; Rodríguez Sánchez, 2006: 345; Vaquerizo Gil, 2010: 27-28). Para as demais necrópoles da nossa amostra nas quais se constatou o uso dos dois ritos, as evidências conhecidas parecem apontar para a existência de diferentes fases de utilização funerária daqueles lugares, associados à preferência por um ou outro dos ritos, preferência esta que, estando ou não relacionada com âmbitos cronológicos díspares, nos remete necessariamente para diferentes concepções simbólico-rituais e/ou motivações de ordem pessoal, familiar ou cultural (Vaquerizo Gil, 2010: 27). A aparente reutilização e reconversão de sepulturas de incineração em sepulturas de inumação, con-

forme se verificou nos enterramentos 67 e 68 de Torre das Arcas, sugere esta sucessão na utilização dos diferentes ritos no mesmo espaço. Na Chaminé, Serrones, Padrãozinho e Eira do Peral, a existência de diferentes núcleos funerários, associados a diferentes ritos, testemunha a permanência do estatuto daqueles espaços físicos como ‘espaços dos mortos’ e, nessa medida, como espaços revestidos de sacralidade para os vivos, ao longo de um âmbito cronológico mais ou menos lato, e independentemente das diferentes circunstâncias conjunturais que possam ter justificado a opção por um dos ritos em detrimento do outro (Fig. 3 e 4).

No âmbito das necrópoles de inumação, e acautelando eventuais lacunas da in-formação disponível, parece ter sido regra a deposição do corpo em decúbito dorsal. Com exceção dos presumíveis enterramentos em decúbito lateral identificados na Chaminé de acordo com Manuel Heleno (1949: 11), não são conhecidas referências a enterramentos com características anômalas (Vaquerizo Gil, 2015: 22-25). De assinalar a prática de tumulações duplas ou reutilizações, conforme depreendemos das evidências das sepulturas 51 e 56 de Torre das Arcas. À luz dos dados disponíveis, encaramo-la como possível reflexo de uma densa ocupação do espaço e/ou da tumulação de indivíduos com relações de parentesco entre si. As mesmas razões podem ser evocadas para justificar a prática de ossários. Esta encontra-se documentada na Terrugem, Padrãozinho 1, Torre das Arcas e Serrones, sendo que nestes dois últimos espaços funerários os ossários correspondem somente a 14% (15 ossários) e 2% (um ossário) das inumações documentadas, respectivamente. Neste âmbito afigura-se igualmente relevante o sarcófago da Eira do Peral como testemu-

⁶ A este respeito é de assinalar que os estudos de necrópoles romanas em meio urbano na *Hispania* têm vindo a revelar a precocidade da adopção do rito da inumação, documentado durante o séc. I d.C. e mesmo em época republicana (Teichner, 2017: 565).

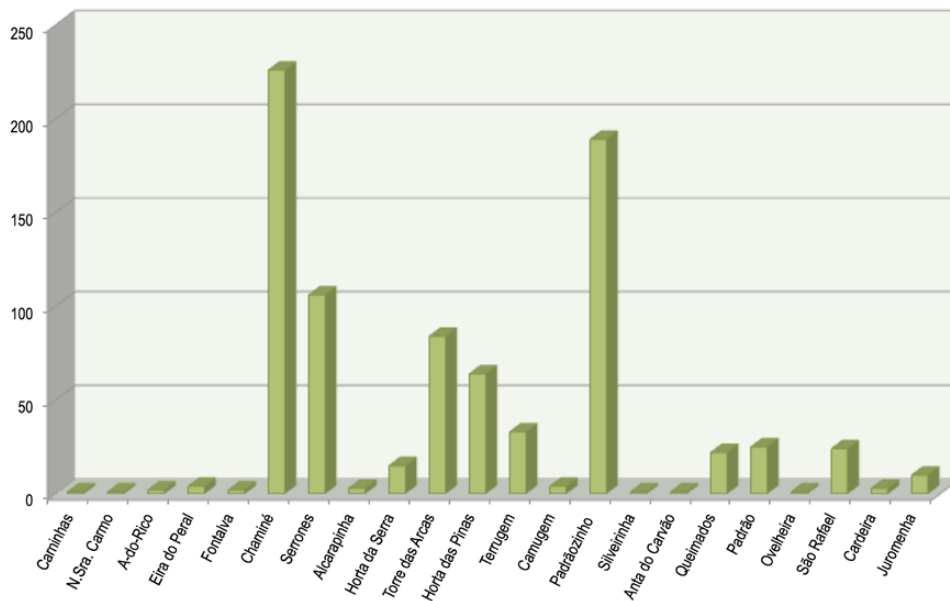


Fig. 3. Número de sepulturas documentadas por espaço funerário.

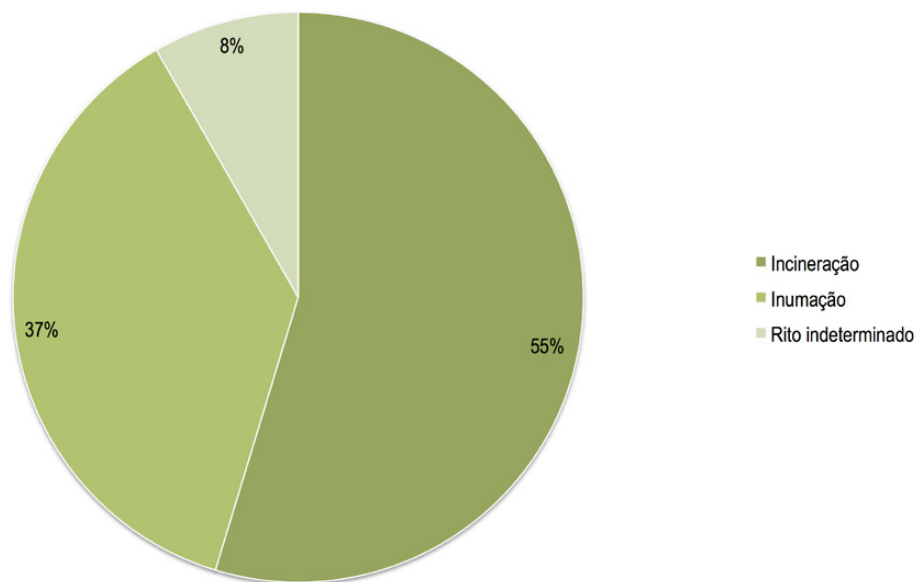


Fig. 4. Representatividade dos diferentes ritos funerários na amostra de arqueossítios em análise.

no, a par de outros⁷, de uma nova tendência que acompanhou o *“trunfo de la inhumación como rito funerario”* (Vaquerizo Gil, 2010: 28). Tendo em conta os dados conhecidos sobre o arqueossítio da Eira do Peral, não devemos deixar de colocar a hipótese de poder corresponder a um exemplo da bem documentada prática de *“construcción de mausoléus, con enterramientos en sarcófagos de los propietarios de la casa, en las inmediaciones de los edificios residenciales y comerciales”* (Teichner, 2017: 556). Note-se que a existência deste tipo de monumentos funerários parece encontrar-se atestada, de igual modo, pelas epígrafes de Herdade de Mateus e S. Pedro de Almuro (Monforte) (Frade & Caetano, 2004: 338; IRCP 578 e 595a), pelo que se assume tratar-se de uma prática bem conhecida das populações que habitavam o território do actual Nordeste Alentejano.

Relativamente à caracterização dos espaços funerários, pouco ou nada nos é possível inferir sobre a sua organização. Para além da identificação de distintos núcleos de sepulturas, associados a diferentes momentos de uso funerário do mesmo arqueossítio, as limitações dos dados disponíveis não nos permitem reconhecer eventuais estratégias ou critérios na organização do espaço e distribuição dos enterramentos. Parecem constituir excepção a esta regra as necrópoles de Padrão, Juromenha e Terrugem: nos dois primeiros casos, a disposição sensivelmente paralela de fiadas de enterramentos indicia-nos

um arranjo pensado e relativamente organizado do espaço funerário; no terceiro caso, as evidências sugerem a existência de um elemento polarizador e estruturador desse mesmo espaço, ou seja, a localização e distribuição das sepulturas ter-se-á processado em função de um possível edifício de natureza religiosa e/ou martirial. No núcleo de inumações mais tardias da Chaminé, observar-se-ia uma disposição simétrica dos enterramentos, e no espaço funerário de Serrones, ainda que não seja possível identificar uma distribuição organizada das tumulações, parece-nos relevante assinalar uma maior concentração de enterramentos na metade sul da área explorada. Em relação à orientação predominante, verifica-se que a maioria das sepulturas documentadas apresentaria uma orientação Oeste-Este/ Este-Oeste, independentemente dos respectivos rito e âmbito cronológico. É de notar que a informação facultada pelos ‘pesquisadores’ em relação à orientação das sepulturas exploradas, longe de ser rigorosa, é meramente indicativa. Assim, os únicos espaços funerários/ enterramentos documentados para os quais os dados conhecidos referem, de forma explícita, uma orientação Oeste-Este correspondem a Serrones, Juromenha, Alcarapinha e Camugem, sendo que apenas nestes dois últimos arqueossítios nos parece viável colocar a hipótese de uma eventual relação com o preceito canónico cristão. Na Camugem encontra-se igualmente documentada a orientação Noroeste-Sudeste, enquanto os enterramentos explorados na Terrugem dispor-se-iam no sentido Nordeste-Sudoeste. A orientação Norte-Sul encontra-se atestada, por exemplo, em Padrão, Padrãozinho 4, Horta da Serra e São Rafael.

É de realçar o polimorfismo construtivo das tumulações documentadas. Excluindo

⁷ Recordemos, por exemplo, o sarcófago da Herdade do Botafogo (Pires, 1901: 6) e os três sarcófagos da Herdade de S. Pedro (idem: 29), ambos no território do actual concelho de Elvas; ou os sarcófagos da Herdade da Vigária (Vila Viçosa), Glória (Estremoz) (Lopes *et alii*, 2000: Fig. 7, Qd. 2), Silveirona (Estremoz) (Cunha, 2008), e São Pedro dos Pastores (Campo Maior) (Carneiro, 2014, I: 252).

os arqueossítios de Herdade das Carninhas, Nossa Senhora do Carmo, A-do-Rico, Fontalva e Horta da Serra, para os quais não dispomos de informação relativa à arquitectura tumular, as restantes necrópoles/ sepulturas analisadas facultaram-nos um retrato abrangente e diversificado das soluções adoptadas. Neste sentido, e no que diz respeito às sepulturas de incineração, elencamos de seguida as nove tipologias de arquitectura tumular que consideramos mais representativas:

- enterramentos em urna depositados em covachos simples, com ou sem cobertura de lajes e/ou pedras de pequenas dimensões – Chaminé, Serrones, Torre das Arcas, Horta das Pinas, Padrãozinho 2 e 4, Padrão e Cardeira;
- sepulturas em covachos simples, de planta (sub)circular ou quadrangular, com cobertura de tégulas (em telhado de duas águas, em camada horizontal simples ou em camada dupla) – Padrãozinho 4, Padrão, Juromenha e Torre das Arcas⁸;
- enterramentos em urna depositados em caixas formadas por lajes, com eventual cobertura de tégulas ou pedras – Chaminé, Serrones, Horta das Pinas e Olival da Silveirinha;
- sepulturas com estrutura em caixa formada por lajes – Eira do Peral, Padrãozinho 4 e Padrão;
- sepulturas com estrutura em caixa formada por lajes e pedras – Padrão;
- sepulturas com estrutura em caixa formada por tégulas – Serrones, Horta das Pinas, Padrãozinho 4, Herdade dos Queimados, Padrão e Torre das Arcas⁹;
- sepulturas com estrutura em caixa composta por tijolos – Padrãozinho 4;
- sepulturas com estrutura em caixa formada por muretes de pedras – Serrones;
- e sepulturas com estrutura em caixa constituída por paredes duplas de tégulas e uma laje em cada topo – Padrãozinho 4.

Em relação às sepulturas de inumação, a variabilidade formal das soluções arquitectónicas representadas é igualmente assinalável:

- enterramentos em covacho simples, sem indicação de revestimento parietal ou cobertura – Serrones e Torre das Arcas;
- sepulturas com estrutura em caixa, de planta rectangular ou trapezoidal, formada por lajes – Chaminé, Terrugem; Camugem, Padrãozinho 1, Padrãozinho 3, Anta do Carvão, Herdade dos Queimados e São Rafael;
- sepulturas com estrutura em caixa, de planta rectangular ou trapezoidal, formada por tégulas – Chaminé, Torre das Arcas e Terrugem;
- sepulturas com estrutura em caixa, de planta rectangular ou trapezoidal, formada por pedras de pequenas dimensões – Chaminé;
- sepulturas com estrutura em caixa, de planta elipsoidal, compostas por tijolos ou tijolos e argamassa – Torre das Arcas¹⁰;

⁸ Neste último caso, a tipologia formal é comum a sepulturas de incineração, inumação e rito indeterminado.

⁹ Neste último espaço funerário, e à semelhança de outra tipologia anteriormente descrita, trata-se de uma morfologia comum a sepulturas de incineração, inumação e rito indeterminado.

¹⁰ As sepulturas 31 e 76 desta necrópole, ambas de inumação, ilustram esta tipologia, configurando uma variante formal pouco comum no panorama das necrópoles analisadas.

- sepulturas com estrutura em caixa, construída com tijolos ou tijolos e lajes, e com cobertura de lajes – Torre das Arcas;
- sepulturas com estrutura em caixa, formada por placas de mármore (paredes e/ou cobertura) – Terrugem, Camugem e Herdade da Ovelheira;
- sepulturas com estrutura em caixa, sendo uma das paredes construída com pedras de pequenas dimensões, e com cobertura de lajes – Torre das Arcas;
- e, por fim, tumulações em sarcófagos – Eira do Peral.

No que se refere às inumações em caixa composta por lajes, é possível ainda distinguir as tumulações com as lajes da cabeceira colocadas à vertical ou sobreelevadas em relação às lajes das paredes laterais – Serrones e Padrãozinho 1; e as sepulturas com paredes formadas por lajes e com cabeceira em tijolo – Terrugem. Destacamos ainda as sepulturas compósitas, comuns à prática dos dois ritos, e que podemos dividir em dois tipos: as sepulturas com compartimentos anexos à estrutura tumular propriamente dita, para colocação das oferendas fúnebres – Serrones, Terrugem, Padrão e Padrãozinho 4; e as sepulturas com dois planos distintos, destinados a diferentes enterramentos, como ilustra, por exemplo, a sepultura 56 da necrópole de Torre das Arcas. A maioria das sepulturas documentadas apresentava, no caso das incinerações, planta (sub-)circular ou elipsoidal, e, no caso das inumações, planta rectangular ou trapezoidal. De assinalar também a existência de tumulações de

planta quadrangular, associadas a qualquer dos dois ritos praticados e representadas, por exemplo, em Alcarapinha, Serrones e Torre das Arcas (Figs. 5 e 6).

Quanto ao *funus* propriamente dito, os escassos dados conhecidos sobre as necrópoles estudadas não permitem uma reconstituição dos rituais que terão servido para garantir uma transição o menos traumática possível para o ‘outro mundo’ (Vaquerizo Gil, 2010: 15). Há, no entanto, um conjunto de aspectos que se nos afiguram relevantes enquanto potenciais evidências de práticas rituais. Referimo-nos, por exemplo, à presença de pregos e moedas em algumas das sepulturas das necrópoles em análise. Em relação aos primeiros, e apesar de desconhecermos o contexto de sepultura dos 32 pregos que integram a nossa amostra de estudo, os dados conhecidos dão conta da presença comum deste tipo de item nos enterramentos explorados. No caso das sepulturas 17, 26 e 37 de Torre das Arcas, todas elas de inumação, colocamos a hipótese de os pregos encontrados poderem reportar-se ao eventual uso de esquifes ou padiolas. Por seu turno, a presença frequente de pregos, em número variável, nas sepulturas de incineração de Serrones e Padrãozinho 4 levam-nos a pensar numa eventual função apotropaica, usados como elemento mágico-profilático destinado, simultaneamente, a proteger o defunto na vida além-túmulo e a ‘fixá-lo’ ao mundo dos mortos, impedindo-o de regressar para perturbar os vivos (Alfayé Villa, 2010: 444-448; Vaquerizo Gil, 2010: 41; Vaquerizo Gil, 2015: 18). A presença de numismas está também documentada na sepultura 8 de Serrones, sepultura 45 de Torre das Arcas, e sepulturas 16, 19, 22, 60 e 92 de Padrãozinho 4. (nota de rodapé

¹¹ Não é seguro que os numismas identificados nos arqueossítios de Juromenha e Terrugem tenham tido origem em contextos funerários (Deus, [s.d.]: 3; Heleno, 1949: 27 e 33; Deus, Louro & Viana, 1955: 572 e 578, nota 3).

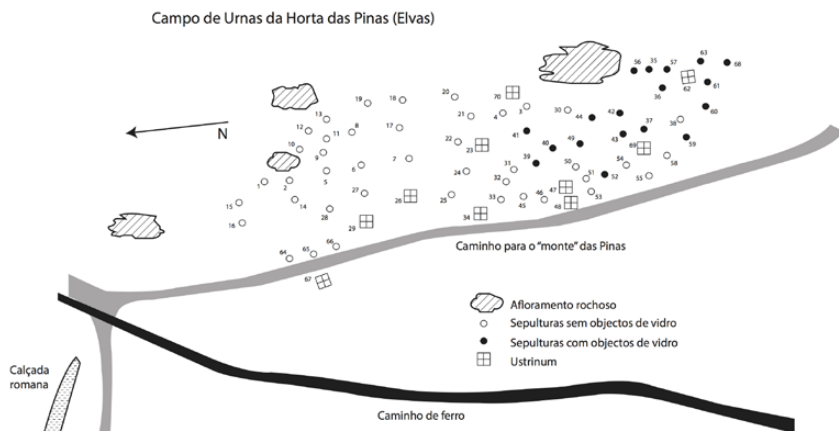


Fig. 5. Planta da necrópole de Horta das Pinas (Adaptado por Vanessa Dias de Viana & Deus, 1958: Fig. 2).

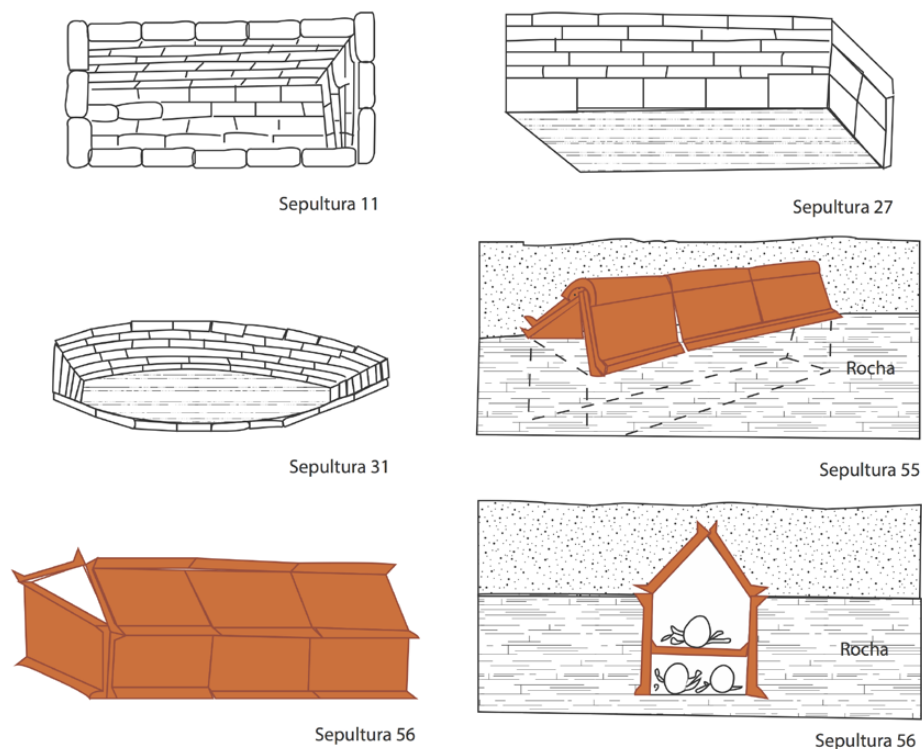


Fig. 6. Tipos de tumulações representados na necrópole de Torre das Arcas (Adaptado por Vanessa Dias de Viana & Deus, 1955a: 247, Fig. 2).

mantém-se).¹¹ Interpretamo-la como possível evidência da prática ritual de deposição do óbolo para Caronte (*naulum*), destinado a assegurar o pagamento da passagem do Lago Estígia e a pacífica viagem para o mundo dos mortos (González-Villaescusa, 2001: 74). A presença de lucernas, especialmente bem documentada nos enterramentos de Torre das Arcas, pode também ser entendida numa perspectiva simbólica, como a luz que ilumina o defunto na sua derradeira viagem (Frade & Caetano, 2004: 337). Entre o espólio da sepultura 35 da necrópole de Torre das Arcas incluir-se-ia uma concha, associada a três peças de cerâmica comum e a uma lucerna da forma Dressel-Lamboglia 28A. A presença de fauna malacológica em âmbito funerário encontra-se igualmente documentada, por exemplo, na sepultura 2 da Herdade do Reguengo (Caldeira, 2004: 128), e tem sido alvo de múltiplas interpretações, geralmente associadas ao universo infantil e/ou feminino – “*to date, sea shells in child burials have been interpreted as toys, or as payment for the ferryman Charon. (...) as symbol of afterlife, as remedy, as symbol of fertility, rebirth ou immortality, other emphasised the decorative character, or stressed an importance as food dedication*” (Stroszeck, 2012: 67). Refira-se ainda a presença de colheres entre as oferendas fúnebres, designadamente na sepultura 17 de Torre das Arcas e num dos enterramentos explorados na Terrugem. Parece-nos verosímil que a presença

deste tipo de espólio possa estar associada à celebração da Eucaristia e à administração da comunhão antes do falecimento, prática denominada como *viaticum eucharistiae* e comum entre as primeiras comunidades cristãs (González-Villaescusa, 2001: 74). No caso da peça em prata da Terrugem, a inscrição *Aelias vivas in Christo* remete-nos claramente para um contexto cultural paleocristão, podendo o exemplar em questão ser encarado numa dupla vertente – como símbolo de uma nova fé, mas também como reflexo do estatuto sócio-económico do indivíduo inumado¹².

Tendo em conta os conjuntos funerários reconstituídos, verifica-se, por um lado, uma relativa estabilidade no tipo de espólio depositado em contexto funerário e, por outro, uma significativa variabilidade na quantidade de itens ofertados, no estado de conservação destes e no maior ou menor cuidado colocado na respectiva deposição nas sepulturas. Tomando como amostra o conjunto de 317 contextos sepulcrais individualizados, constatou-se que 36% dos enterramentos não apresentaria espólio associado ou, pelo menos, identificado como tal, e que a maioria dos conjuntos funerários seria composto por um número mínimo de duas a três peças, correspondendo, respectivamente, a 15% e 10% dos contextos sepulcrais. Entre as necrópoles com conjuntos funerários identificados e reconstituídos, a de Serrones foi aquela que apresentou conjuntos com maior número de peças. As sepulturas que terão fornecido maior quantidade de espólio correspondem aos enterramentos 14 (18 itens), 30 (18 itens), 52 (16 itens) e 92 (15 itens) desta necrópole, todos eles associados à prática da incineração e a cronologias alto-imperiais. Em Torre das Arcas, por sua vez, a escassez

¹² São de assinalar as semelhanças identificadas, em termos gerais, entre a estrutura de planta rectangular identificada na Terrugem (Deus [s.d.]: 4-5) e a planta do edifício religioso-funerário identificado em San Jerónimo (Córdova) (Rodríguez Sánchez, 2006: 336-337), bem como a coincidência de num dos tijolos deste último se ter identificado a inscrição *Vivas en Deo (CIL II²/ 7, 727a)*, datada do séc. IV d.C. (idem: 337).

ou efectiva ausência de espólio em algumas das inumações documentadas (por exemplo, as sepulturas 1, 2, 15 ou 27) leva-nos a colocar a hipótese de poderem tratar-se de enterramentos mais tardios, eventualmente datáveis do período tardo-antigo. De um modo geral, parece confirmar-se a ideia de uma progressiva diminuição do número de oferendas fúnebres, particularmente evidente nas sepulturas dos séc.s V – VII d.C. (Frade & Caetano, 2004: 337). Parece igualmente reproduzir-se o panorama funerário documentado noutras regiões da *Hispania*, designadamente na Bética, com a presença comum, nas inumações tardias, de espólio vítreo, objectos de adorno pessoal, jarras rituais e alfinetes de cabelo (*acus crinales*)¹³, e a tendência para uma total ausência de espólio nos enterramentos visigóticos propriamente ditos (Vaquerizo Gil & Vargas, 2001: 161).

Em Padrãozinho 4 documenta-se a deposição de peças inutilizadas, isto é, fragmentadas e incompletas, nos contextos das sepulturas 18, 20, 33, 51, 59 e 98. Todos os casos documentados tinham em comum o facto de corresponderem a peças de cerâmica comum (bilhas ou jarros), depositadas sem colo ou bordo e, por norma, tapadas com um pequeno fragmento de xisto ou de tégula. Não nos é possível inferir em que medida o estado de conservação das peças é consequência da respectiva utilização como oferenda funerária ou, pelo contrário, tal reaproveitamento em contexto sepulcral decorreu do facto das peças se encontrarem já fragmentadas e, em virtude disso mesmo, sem serventia noutra contexto. Contudo, há que ter em mente a possibilidade deste espólio poder ter sido utilizado nas cerimónias rituais que precederiam o enterramento, eventualmente na *circumpotatio* (González-Villaes-

cosa, 2001: 82-83). A mesma hipótese se coloca em relação a um púcaro proveniente da sepultura 51 de Torre das Arcas e a uma bilha recolhida na sepultura 46 de Padrãozinho 4; ambas as peças se encontram cuidadosamente perfuradas no bojo, sugerindo um eventual uso em libações rituais. Ainda neste âmbito, impõe-se aludir à espada de antenas da Chaminé como exemplo de inutilização intencional e ritual, aliada a uma prática – deposição de armas em contexto funerário – que tenderá a diminuir a partir de meados do séc. II a.C. (Jiménez Díez, 2006: 75-76). Em paralelo, não nos foi possível apurar “*a utilização, como oferendas fúnebres, de peças novas especialmente fabricadas para esse fim*” (Frade & Caetano, 2004: 336) ou identificar espólio que pudesse remeter-nos para as preferências pessoais do defunto (*idem*), à excepção dos itens associados a actividades profissionais, incluindo algum equipamento militar, e de objectos de adorno.

Da amostra analisada, cerca de 14% das peças (146 itens, das categorias de material cerâmico e metais) evidenciaram marcas de exposição à acção do fogo, que se supõe deverem-se à respectiva deposição em contexto funerário e eventual contacto com material incinerado, ou, em alguns casos, à utilização primária da peça, eventualmente em contexto doméstico. Noutras situações, a coloração das peças, designadamente da superfície interna, sugere uma eventual utilização das mesmas como urnas cinerárias.

¹³ A propósito, recorde-se a referência ao achado de vários alfinetes de osso no arqueossítio da Chaminé, sem que nos tenha sido possível localizá-los nas colecções museológicas estudadas (Deus [s.d.]: 8; Deus, Louro & Viana, 1955: 568; Viana, 1950: 307), e desconhecendo-se qual o respectivo contexto de achado (funerário ou outro).

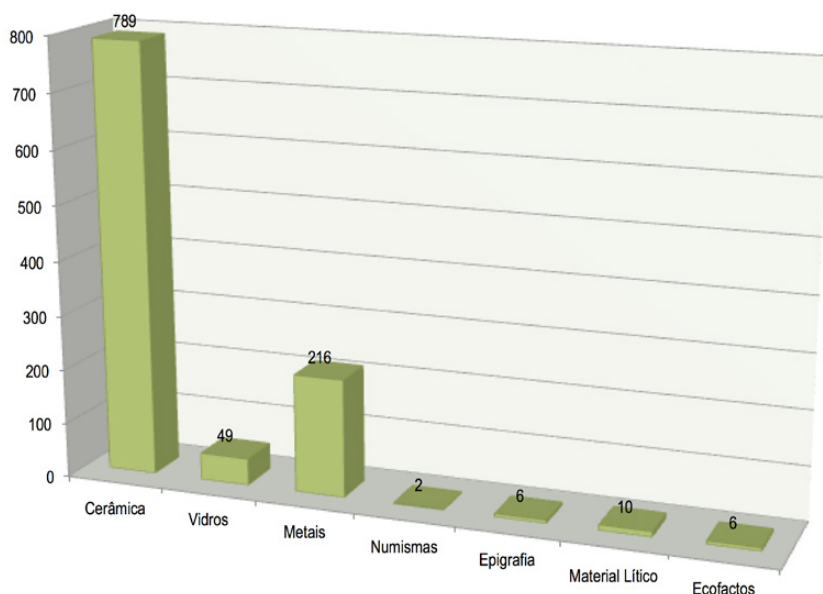


Fig. 7. Representatividade das diferentes categorias de espólio na amostra de estudo.

Quanto à disposição das oferendas funerárias nos contextos sepulcrais, o panorama documentado revela-se diverso, ora cuidado e denunciando uma distribuição organizada do espólio pela sepultura, ora desordenado e disposto de forma aparentemente aleatória, sem que nos seja possível detectar eventuais padrões reportáveis aos diferentes ritos. Na maioria das sepulturas, independentemente do rito funerário a que estivessem associadas, o espólio tenderia a apresentar-se concentrado junto aos topos e/ou paredes laterais (por exemplo, as sepulturas 11 e 43 de Torre das Arcas, sepulturas 51 e 92 de Serrones, ou sepulturas 3, 5, 27, 45 ou 98 de Padrãozinho 4), concentrado na área central da tumulação (enterramento 68 de Torre das Arcas, enterramento 26 de Serrones, enteramentos 16, 86, 87, 88, 102, 123 e 124 de Padrãozinho 4), ou distribuído por toda a

área da sepultura, sem um critério de organização aparentemente destringível (por exemplo, a sepultura 71 de Serrones, e as sepulturas 73, 100 e 106 de Padrãozinho 4). Nas sepulturas de incineração analisadas, e à semelhança do documentado, por exemplo, na necrópole de Lage do Ouro (Frade & Caetano, 1987: 136), verificou-se, de um modo geral, a tendência para a colocação das oferendas fúnebres misturadas com o material antracológico e osteológico incinerado. Por exemplo, no campo de urnas da Chaminé, o espólio poderia encontrar-se depositado no interior das urnas cinerárias ou no exterior, junto destas, mas, por norma, sempre misturado com as cinzas. Em certos casos, como por exemplo as sepulturas 79 de Serrones, 18 de Padrão, ou 17 de Padrãozinho 4, documentou-se a existência de uma área destinada à deposição das oferendas fúnebres. Noutros casos,

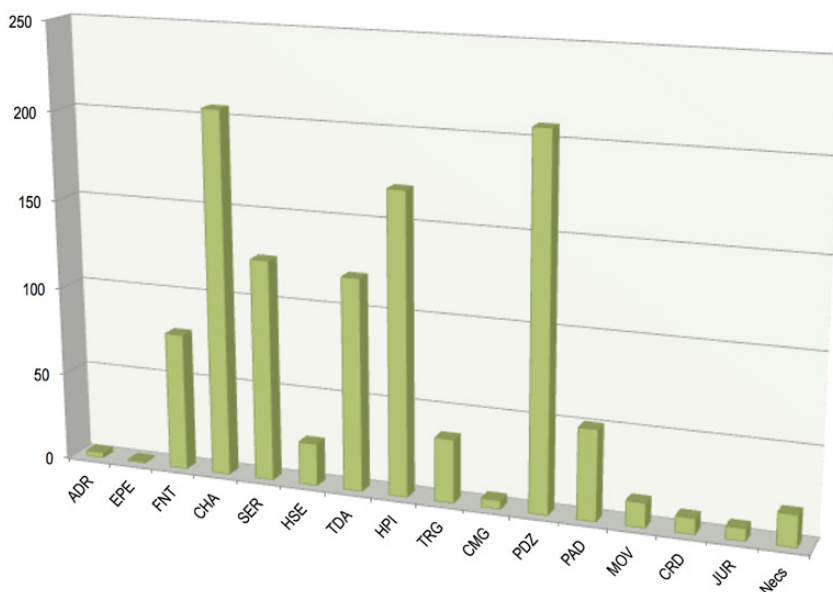


Fig. 8. Representatividade da amostra de espólio por necrópole de proveniência.

de que constituem exemplo os enterramentos 10 e 20 da necrópole de Padrão, 46 de Serrones, e 15 de Padrãozinho 4, as oferendas encontrar-se-iam colocadas no exterior das sepulturas, eventualmente sobre as lajes de cobertura. Parece-nos verosímil a hipótese sugerida por H. Frade e J. C. Caetano (1993: 867; 2004: 336), de que estas peças pudessem estar relacionadas com *exsequiarum* em homenagem ao defunto.

Nos conjuntos funerários passíveis de reconstituição, foi possível observar a associação recorrente de alguns itens, sobretudo de cerâmica comum. Assim, por exemplo, nos enterramentos explorados em Juromenha verificou-se que, amiúde, os conjuntos de oferendas eram compostos por púcaros biancados, acompanhados por uma tigela ou uma bilha, podendo ou não apresentar outros materiais associados, e, em geral, não ultrapas-

sando as cinco peças (Deus, 04/01/1950). Esta associação – bilha e púcaro – corresponde à mais frequente entre o espólio atribuído às sepulturas de Torre das Arcas, ilustrada, por exemplo, pelos conjuntos das sepulturas 8, 51b, 52, 64, ou 69. Nos conjuntos funerários de Padrãozinho 4, e independentemente da existência de outro tipo de oferendas ou não, regista-se a recorrente presença de potes/ urnas, bilhas e/ou jarros, púcaros, e pratos e/ou tigelas, tal como exemplificam os conjuntos funerários das sepulturas 9, 38, 71 e 96. Em Serrones repetem-se as associações bilha e tigela (por exemplo, na sepultura 29), e bilha e urna/ pote (sepultura 9), frequentemente conjugadas entre si (sepulturas 21 e 27) e/ou com outras formas de cerâmica comum, como púcaros e pratos (vejam-se, por exemplo, as sepulturas 18, 84, e 92) (Figs. 7 e 8).

5. ESPÓLIO E CRONOLOGIAS

Acerca da cultura material atribuída às necrópoles alto alentejanas, importa clarificar, antes de mais, que a maioria da nossa amostra (677 itens) é composta por peças estudadas e publicadas por outros investigadores em trabalhos anteriores¹⁴, e que 401 itens (ou seja, 37% do total) correspondem a material inédito.

No que diz respeito às cerâmicas finas, a amostra de *terra sigillata* atribuída às necrópoles romanas alto alentejanas é composta por 123 itens (cerca de 15% da amostra de material cerâmico), provenientes de 11 espaços funerários e da presumível *villa* do Carrão (Vila Fernando, Elvas). Deste total, 14 exemplares correspondem a *terra sigillata* sudgálica, 103 a *terra sigillata* hispânica e 6 a produções africanas. A aparente ausência de *terra sigillata* itálica ou tardo-itálica, passível de ser interpretada como potencial indicador cronológico ou como mero resultado de trabalhos de escavação invariavelmente parcelares e não sistemáticos, não destoia do panorama arqueológico conhecido para o território em análise. O nosso conjunto de *terra sigillata* sudgálica inclui peças provenientes de sete necrópoles, das quais é Horta das Pinas aquela que apresenta um maior número de exemplares (4 itens). Contamos com oito formas, todas lisas, sendo as mais frequentes a forma Drag. 15/17 e a forma Drag. 27, cada qual com três exemplares. Destacamos um exemplar da forma Rit. 8, proveniente da sepultura 14 de Serrones, e um exemplar da forma Rit. 9, atribuído à sepultura 52 de Padrãozinho 4, por corresponderem aos itens de *terra sigillata* de cronologia mais alta do

conjunto analisado. Das marcas identificáveis, salienta-se a presença de produtos dos oleiros *Vitalis* (Oswald, 1964: 340-342), presumivelmente atestada pela marca *OF · Vi*, e *Murranus* (idem: 213-214; Polak, 2000: 276-278), com as marcas *OF MVR-RAN* e *MV [...]*. De um modo geral, esta nossa amostra reproduz o padrão de consumo de *terra sigillata* sudgálica conhecido para *Augusta Emerita*, ao evidenciar a supremacia das produções de La Graufesenque e, em paralelo, ao reflectir a representatividade da importação destes produtos no período Cláudio-Nero (Bustamante, 2011: 49-50). No que respeita à *terra sigillata* hispânica, contamos com 103 itens atribuídos a 11 necrópoles alto alentejanas. Serrones e Horta das Pinas apresentam os conjuntos numericamente mais expressivos, com 41 e 36 peças, respectivamente, perfazendo assim 75% do conjunto. Em relação aos fabricos, atribuímos cerca de 88% (91 itens) da amostra ao centro produtor de Tricio e, no que respeita aos tipos formais, apuraram-se cerca de 13 formas lisas, entre as quais se destacam pela representatividade numérica as formas Drag. 27 (32 itens, ou seja, 31% da amostra), Drag. 15/17 (22 itens), Drag. 35 (14 itens) e Drag. 36 (13 itens). Sobressaem também as formas Hispânica 12 e 54, desta feita pelos escassos exemplares conhecidos (Mezquíriz, 1985, II: 147 e 159). Somente entre o espólio da necrópole de Serrones foi possível identificar eventuais «serviços», observando-se nos conjuntos funerários das sepulturas 6 e 14 a associação taça Drag. 35/ prato Drag. 36, e da sepultura 52 a associação taça Drag. 27/ prato Drag. 15/17. As formas decoradas encontram-se representadas por exemplares das formas Hisp. 1, Drag. 29 e Drag. 29/ 37, provenientes, respectivamente, das

¹⁴ A propósito consultar Rolo, 2016: 90; Rolo, 2017.

necrópoles de Horta das Pinas, Serrones (sepultura 27) e Padrãozinho 4 (sepultura 52). De entre os oleiros representados na nossa amostra, destacam-se os três exemplares da forma Drag. 15/17 atribuídos ao oleiro *Valerius Paternus*, cujos produtos foram largamente difundidos em *Augusta Emerita*, desde finais do séc. I a meados do séc. III d.C. (Bustamante, 2013: 201-204; Mayet, 1970: 5-25). De assinalar também a presença de exemplares atribuídos aos oleiros *Flaccus Tritiensis*, *Petronius Eros*, e *Sempronius*, bem documentados no actual território alto alentejano, designadamente em Herdade do Reguengo e Torre de Palma (Caeiro, 1974-1977: 228-230; Caeiro, 1979: 116; Caldeira, 2004: 104, n.º 87, Est. XXVII, 109-110, n.ºs 101 e 102; Mayet, 1984, I: 135, 163 e 171-173). De um modo geral, pode dizer-se que o conjunto da *terra sigillata* hispânica selecionado traduz um consumo das formas mais comuns e difundidas do repertório formal dos centros de fabrico e reflecte as primeiras três primeiras grandes fases do consumo da produção hispânica no capital da antiga Lusitânia (Bustamante, 2013: 214).

O conjunto de *terra sigillata* africana atribuída às necrópoles alto alentejanas é composto por dois exemplares oriundos de Padrãozinho e Torre das Arcas. Os restantes quatro itens que integram a nossa amostra correspondem a dois fragmentos resultantes de recolhas de superfície no Monte da Ovelheira e a duas peças recolhidas por A. Dias de Deus e Abel Viana no arqueossítio do Carrão, as mais bem conservadas do conjunto. Apesar de representados os fabricos de *sigillata* clara A (AI/2) e D (DI), sobressaem os exemplares de *sigillata* clara C (CI/C2 e C3), documentados por três exemplares e associados a formas datáveis de meados do séc. III

– primeira metade do séc. IV d.C. Destacamos a forma Hayes 61, representada por dois exemplares, provenientes do Monte da Ovelheira e Carrão. Este último encontra o seu melhor paralelo para a decoração estampilhada de estilo A (ii) que apresenta no fundo interno num exemplar procedente de Mérida (Bustamante, 2013: 58, 64, n.º 87, Fig. 20; Viegas, 2003: 166). Não dispomos de dados que confirmem a condição de “*prato litúrgico*” (Deus *et alii*, 1955: 569); contudo, não deixa de ser curioso notar o cuidado colocado na reparação da peça (conserva um ‘gato’ de chumbo e orifícios para aplicação de outros) por aqueles que dela fizeram uso, deixando antever, se não uma função ritual e religiosa, pelo menos uma valorização da mesma.

Cerca de 31% (38 itens) do conjunto de *terra sigillata* apresentam grafitos. Este dado afigura-se bastante relevante se comparado com as percentagens de cerâmica comum e de paredes finas esgrafitadas, evidenciando uma clara preferência pela *sigillata* como suporte. Interpretados como possíveis marcas de posse, predominam os motivos alfabéticos e cruciformes.

Contamos com 53 exemplares de cerâmica de paredes finas, atribuídos a oito dos espaços funerários estudados, entre os quais Serrones e Horta das Pinas terão fornecido os conjuntos mais representativos, com 22 e 16 itens, respectivamente. No conjunto em análise encontram-se documentadas 15 tipos formais, com um claro predomínio das formas Mayet XLIII e Mayet XLIII-A (33 itens, ou seja, 63% do conjunto), à semelhança do que se verifica para as necrópoles romanas da Herdade do Reguengo (Caldeira, 2004: 93-96) e da Rouca (Alandroal, Évora) (Rolo, 2010, I: 101). Entre os restantes exempla-

res, destacamos a presença de algumas tipologias menos comuns, como por exemplo, um copo classificável como Mayet XLVI, uma bilha-coador da forma Mayet LII-B, os jarros das formas Mayet LI-A e LI-B, ou ainda uma taça de tipo Rodríguez Martín XXIII.

O conjunto de lucernas estudado conta com 29 itens atribuídos a cinco das necrópoles alto alentejanas e perfaz assim apenas 3% da amostra de espólio cerâmico. A necrópole de Torre das Arcas forneceu a quantidade mais expressiva de lucernas – 14 exemplares, seguida da necrópole de Padrãozinho 4, com 10 exemplares. De um modo geral, as lucernas analisadas apontam para um horizonte cronológico dos séc.s II-III d.C., ilustrado por um predomínio das lucernas de disco, e em particular das formas Dressel-Lamboglia 28 e Dressel-Lamboglia 30, representadas, respectivamente, por nove e sete itens. Entre os exemplares tardios contamos ainda com uma lucerna *bilychnis* proveniente de Fontalva, sem tipologia definida mas cujos paralelos formais mais aproximados (Luzón, 1967: 147-150, n.ºs 49 e 61; Oleiro 1952: 27, Est. VII, n.º 12; Walters 1914: 69 e 77, n.ºs 469 e 938) nos remetem igualmente para cronologias não anteriores aos séc.s III-IV d.C. O exemplar mais antigo do nosso conjunto parece corresponder a uma lucerna de tipo Dressel 11B/ Loeschke IV recolhida na sepultura 39 da necrópole de Torre das Arcas e datável do séc. I, eventualmente inícios do séc. II d.C. (Morillo Cerdán, 2015: 356-357). No quadro geral, predominam as produções de provável origem hispânica, de âmbito local/ regional, compondo cerca de 62% da amostra, seguidos dos fabricos de possível origem emeritense e norte africana, ambos propostos para cinco itens e, como tal, correspondendo a 17% do conjunto. Em

três dos exemplares em estudo observou-se a presença de marca de oleiro, destacando-se a lucerna atribuída à sepultura 56 de Torre das Arcas como um produto do oleiro *Caius Oppius Restitutus* (Rodríguez Martín, 2002: 154; 2005: 80-85).

Sobre a cerâmica comum atribuída aos espaços funerários romanos intervencionados por A. Dias de Deus e Abel Viana não nos alongaremos nas nossas considerações, visto tratar-se, na sua maioria, de espólio estudado e publicado por Jeannette Nolen (1985; 1995-1997). Esta subcategoria de material cerâmico corresponde à percentagem maioritária do espólio identificado, tendo os espaços funerários de Padrãozinho (144 itens), Chaminé (117 itens) e Torre das Arcas (84 itens) fornecido cerca de 62% da amostra de cerâmica comum seleccionada. Nesta amostra estão representadas as 17 pastas e respectivas variantes identificadas por J. Nolen para a cerâmica romana das necrópoles alto alentejanas (Nolen, 1985: 21-27). De um modo geral, são assim colocados em evidência os fabricos 2 e 4 propostos para a cerâmica comum romana destas necrópoles (idem: 32), com provável origem neste território. Paralelamente, é de realçar a expressividade das produções emeritenses, representadas por 45 exemplares da pasta H – variantes 1 e 2/ fabrico 6 (idem: 25-26 e 32), abarcando assim cerca de 8% do conjunto. Cerca de 9% (50 itens) da amostra de cerâmica comum correspondem a peças cujas pastas, de características não enquadráveis nos grupos pré-definidos por J. Nolen, são designadas como ‘pasta única’ e que incluem, para além das pastas empregues nos exemplares atribuídos à II Idade do Ferro, pastas caulínicas e cinzentas finas, de possível fabrico bético ou emeritense. Os 558 itens analisa-

dos saldaram-se num conjunto de 27 formas classificáveis e, na sua maioria, com correspondência nos tipos e subtipos definidos pela autora citada (Nolen, 1985; 1995-1997). As bilhas são a forma mais abundante entre o conjunto analisado, com 91 exemplares, ou seja, 16% da amostra de cerâmica comum. As outras formas com maior representatividade correspondem aos púcaros (73 itens) e tigelas (64 itens), sendo que se considerarmos os potes e potes/ urna como uma única forma, esta converte-se na segunda mais frequente na nossa amostra (84 itens). Os tipos formais representados coincidem, de um modo geral, com as tipologias da cerâmica comum romana de outras necrópoles alto alentejanas, como Santo André (Viegas *et alii*, 1981), Lage do Ouro (Frade & Caetano, 1987; 1991), Herdade do Reguengo (Caldeira, 2004), ou Pocilgais (Carneiro, 2005). Na cerâmica comum de *Ammaia* (Dias, 2015) e da capital provincial, *Augusta Emerita* (Bustamante, 2012; Sánchez Sánchez, 1992), encontramos o mesmo repertório formal (incluindo processos de acabamento e decoração), reproduzido à escala local/ regional.

O conjunto de exemplares de cerâmica comum com grafitos não ultrapassa os cerca de 6% da nossa amostra, com um total de 32 itens, distribuídos por cinco categorias formais genéricas. É nos pratos/ frigideiras que se observou maior número de grafitos (10 itens), seguidos dos púcaros, com nove exemplares esgrafitados, e das malgas/ tigelas com sete exemplares. No que respeita à proveniência deste espólio, os espaços funerários que terão fornecido maior quantidade de peças com grafitos correspondem aos arqueossítios de Padrãozinho (12 itens), Torre de Arcas (seis itens) e Chaminé (seis itens). De um modo geral, predominam os motivos

cruciformes, presentes em 17 peças (53%), em seis dos casos associados a outros motivos, designadamente alfabetiformes, nominais ou linhas simples. Os motivos alfabetiformes verificam-se em cinco exemplares e os motivos nominais, quase sempre de difícil leitura e interpretação, em quatro.

Encontra-se identificado material vítreo atribuído a nove das necrópoles alto alentejanas em análise. Numa amostra de 49 itens, 24 correspondem a espólio da necrópole de Horta das Pinas, perfazendo assim 59% do conjunto, e somente 15 peças, ou seja 31%, apresentam contexto de sepultura conhecido. Os unguentários e as garrafas correspondem às formas mais representadas, compondo, respectivamente, 35% (17 itens) e 24% (12 itens) do conjunto total. Entre os unguentários, a forma Isings 8 apresenta-se como a mais frequente; datável dos séc. s I – II d.C. (Isings, 1957: 26), esta forma encontra-se documentada por oito exemplares atribuídos a Horta das Pinas e Serrones. Contamos também três exemplares do tipo Isings 82, um dos quais com a marca *CN.A.ING.V.A.V.M.*, com provável origem no sudeste peninsular e documentada em Mérida, Marrocos e Braga (Cruz, 2009, I: 273). Os tipos Isings 28 e Isings 6 encontram-se igualmente representados, desta feita entre o espólio de Horta das Pinas, apresentando os dois exemplares desta última tipologia a cronologia mais alta da nossa amostra de espólio vítreo. No que respeita às garrafas, predominam os modelos de secção prismática, de tipo Isings 50, representados por oito exemplares e associados a uma cronologia de fabrico e utilização bastante lata, compreendida entre meados do séc. I e o séc. III, e eventualmente o séc. IV d.C. (Isings, 1957: 63-67). Dispomos ainda de um conjunto de 6 peças classificadas

como jarras/ jarros, entre as quais se incluem um provável exemplar do tipo Isings 39, dois exemplares classificáveis como Isings 92, e ainda um jarro da forma Isings 88b, com paralelos documentados em *Ammaia* (Cruz, 2015: 205, n.º 22) e Herdade do Reguengo (Alarcão, 1984: n.º 1). Coloca-se por isso a hipótese de se poder tratar de um produto de fabrico local/ regional, com origem no território da antiga Lusitânia. Entre as formas escassamente representadas, distingue-se uma anforeta, proveniente da sepultura 52 de Padrãozinho 4, identificada como tipo Isings 15 e atribuída ao séc. I d.C.

Os metais constituem a segunda categoria de espólio numericamente mais representativa no conjunto dos materiais atribuídos às necrópoles alto alentejanas. Contabiliza-se um total de 216 itens, distribuídos por quatro subcategorias genéricas e por 11 dos 22 espaços funerários estudados, sendo a Chaminé o espaço funerário ao qual se encontra atribuída maior quantidade de metais – 70 itens. Os objectos de adorno e vestuário (74 itens) constituem a subcategoria mais representada, correspondendo a 34% do espólio metálico analisado. De entre estes, são as fíbulas, representadas por 34 exemplares, que perfazem a percentagem mais relevante (16%) do conjunto. O exemplar com cronologia mais antiga corresponde a uma fíbula de tipo Alcores/ Ponte 8a, proveniente de Horta das Pinas e datável de inícios do séc. VII – finais do séc. VI a.C. Contamos também com 14 fíbulas anulares hispânicas, encontrando-se documentadas as tipologias Cuadrado 4a/ Ponte 13a, Cuadrado 4f/ Ponte 13d e Cuadrado 10c/ Ponte 15b-1. Entre os exemplares da Idade do Ferro, incluem-se igualmente seis fíbulas de tipo La Tène I, atribuídas aos arqueossítios da Chaminé e

do Padrão, e uma fíbula de tipo Schüle 4a/ Ponte 32b. Deste conjunto destacamos também dez fíbulas anulares romanas, incluídas entre o espólio das necrópoles de Serrones, Padrãozinho (1), Chaminé e Horta das Pinas.

No âmbito da subcategoria dos objectos de adorno contabilizaram-se ainda 19 brincos, dois anéis e duas pulseiras. Quer os primeiros (enquadráveis, na sua maioria, na tipologia de brincos anelares com remate poliédrico ou em disco), quer os segundos, afiguram-se reportáveis a um horizonte cronológico genericamente compreendido entre os séc.s V e VII d.C. (Ripoll, 1998). Também algumas das fivelas analisadas, bem como a placa de cinturão de Fontalva, reforçam estas cronologias tardias, que podem estender-se pelo séc. VII e até inícios do séc. VIII d.C. (Arezes, 2010; 2014; Ripoll, 1998). Corrobora-se assim a ideia de uma ocupação e/ou utilização tardia dos espaços funerários da Chaminé, Padrãozinho (1), Terrugem e Fontalva.

No que se refere às subcategorias de armamento (16 itens) e de utililagem ligada aos ofícios e construção, estas perfazem, respectivamente, cerca de 7% e 6% do nosso espólio metálico. A presença de armamento, desta feita datável de época romana, encontra-se atestada em Padrãozinho, Fontalva, Torre das Arcas e Terrugem. Por sua vez, o conjunto de utensílios relacionados com actividades sócio-económicas traduzem a importância da agricultura para a subsistência destas comunidades, a par do exercício de ofícios como a tanoaria ou a marcenaria, conforme parece ilustrar espólio atribuído às necrópoles de Horta das Pinas, Torre das Arcas, Terrugem ou Fontalva.

De entre a nossa amostra de estudo, destacamos ainda o material epigráfico. É

de assinalar, em primeiro lugar, o reaproveitamento das epígrafes funerárias da Camuagem, datáveis do séc. I d.C., em inumações tardo-antigas, documentando uma prática recorrente noutras áreas do Império (Vaquerizo Gil, 2001: 151). A presença deste tipo de monumentos funerários reflecte a adopção do hábito epigráfico e das concepções culturais de tradição romana pelas comunidades autóctones, evidenciando a sua permeabilidade a influências forâneas. Estas populações que fazem uso da estética, da onomástica e dos formulários latinos, não deixam, no entanto, de revelar a sua recente ou incipiente romanização através, por exemplo, do uso de onomástica de origem indígena ou da ausência de indicação de filiação na identificação dos defuntos e/ou dedicantes. Por outro lado, a invulgaridade da identificação de um indivíduo do sexo feminino com (aparente) *tria nomina* e da presença do *cognomen Servatus*, atribuído à Gália Narbonense, conforme documentadas na placa funerária de Fontalva¹⁵, leva-nos a pensar num tecido social diverso, composto por distintos substratos culturais, diferentes origens e diferentes graus de aproximação ao *modus vivendi* à romana (Figs. 9 e 10).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos perante um conjunto de necrópoles em meio rural, presumivelmente associadas a *villae* e/ou a estabelecimentos rurais (Caldeira, 2004: 30; Frade & Caetano, 1993: 849), de dimensão variável e, na quase totalidade dos casos, ainda não localizados. Se atentarmos para a distribuição dos arqueossítios, ressalta a respectiva concentração entre o curso do Guadiana e o traçado das vias XII e XIV



Fig. 9. Conjunto funerário da sepultura 38 de Padrãozinho 4 (Vila Viçosa, Évora), para a qual se sugere uma cronologia de inícios/meados do séc. II d.C. (Fotografia da autora).



Fig. 10. Conjunto funerário da sepultura 62 da necrópole de Torre das Arcas (Elvas, Portalegre), para a qual se sugere uma cronologia do séc. III d.C. (Fotografia da autora).

¹⁵ Encarnação & Rolo, 2017.

(Carneiro, 2014, I: 167-182), quase sempre implantados em terrenos de pendente suave, com boa visibilidade ou, pelo menos, com contacto visual com os espaços de *habitat*, e na proximidade de linhas de água (Teichner, 2017: 557). A proximidade geográfica com a capital da província, *Augusta Emerita*, e a cultura material analisada devolvem-nos a imagem de um território não periférico, onde a circulação de bens e pessoas estaria certamente facilitada pelas vias de comunicação e onde a variedade de recursos naturais disponíveis tornaria apelativa a fixação de grandes proprietários e comunidades. Facilmente se concebe a imagem “*de uma sociedade complexa, heterogénea e em rápida mudança, incorporando novos ritos e crenças com assinalável velocidade*” (Carneiro, 2014, II: 212).

As cronologias apuradas com base na análise do espólio colocam em evidência a ideia da existência de “*nexos de continuidade no mundo funerário*” (Carneiro, 2014, I: 253). Dos 22 arqueossítios analisados, nove deles (Eira do Peral, Fontalva, Chaminé, Serrones, Torre das Arcas, Terrugem, Camugem, Padrãozinho e Cardeira) revelaram várias fases de tumulações, que se traduziram em longas diacronias gerais de utilização, extensíveis, grosso modo, desde a II Idade do Ferro ou Alto Império até à Antiguidade Tardia/Alta Idade Média. A necrópole da Chaminé revelou-se aquela com um enquadramento cronológico mais amplo, com uma atestada continuidade de uso desde meados do séc. III/II a.C. até aos séc.s V-VII d.C., continuidade esta entrecortada por hiatos ou, pelo menos, vazios de informação relativa à ocupação do espaço. Tal como em Padrãozinho, estes hiatos levam-nos a pensar, mais do que no abandono provisório das necrópoles, numa deslocalização dos espaços funerários

(Marquéz Pérez, 1998: 539). A necrópole da Camugem, com a reutilização de epígrafes provenientes de sepulturas alto-imperiais como material de construção em tumulações tardias, constitui outro exemplo desta estabilidade do espaço funerário e da respectiva *memoria* para as comunidades locais.

Em paralelo com estes espaços funerários de ampla diacronia, registam-se outros de cronologia bastante circunscrita. Para quatro das necrópoles estudadas (A-do-Rico, Horta das Pinas, Padrão e Juromenha) foi apurado um enquadramento cronológico compreendido, sensivelmente, entre a segunda metade do séc. I d.C. e os inícios/meados da centúria seguinte. Nos casos de Horta da Serra e Olival da Silveirinha, o *terminus ante quem* proposto para a utilização funerária daqueles espaços prolonga-se até ao séc. III d.C. Contamos ainda com três arqueossítios (Alcarapinha, anta do Carvão, e São Rafael) para os quais, em virtude das limitações da informação conhecida, nos limitamos a propor, de forma genérica, uma datação da Antiguidade Tardia. Do mesmo modo, para os espaços funerários de Herdade das Carninhas e Nossa Senhora do Carmo, a escassez dos dados disponíveis não nos permite ir além de uma atribuição, em termos gerais, ao período romano e/ou tardo-antigo.

Em relação aos espaços funerários com evidências da Idade do Ferro, fica clara a reocupação dos sítios em época romana, “*ao que tudo indica com instalações de vocação eminentemente agrária*” (Fabião, 1998, I: 392), sem que, contudo, nos seja possível ter uma leitura do momento que antecedeu tal reocupação. As reocupações durante a Antiguidade Tardia, acompanhadas de uma nova geografia funerária, afiguram-se igualmente

nebulosas. Desde logo, pela ausência de uma interpretação estratigráfica dos sítios (recorrem-se as sobreposições de enterramentos, de diferentes épocas, documentados na Chaminé), mas também pelos problemas que se colocam à interpretação de um registo ‘híbrido’, resultante de um momento marcado pela permeabilidade entre crenças e práticas religiosas (Sami, 2010: 214-216).

Quando nos interrogamos sobre as comunidades que se terão feito enterrar nestas necrópoles, convirá ter em conta que os dados conhecidos, parciais e lacunares, não são passíveis de fornecer uma “*percepção representativa*” das mesmas (Teichner, 2017: 558). Assim, com excepção da necrópole da Chaminé e da presumível *villa* do Carrão, não estamos em condições de estabelecer uma associação clara entre os núcleos funerários e os pontos de povoamento conhecidos. Os resultados do nosso estudo vão ao encontro, por um lado, da ideia de que um núcleo de povoamento rural poderia ter várias necrópoles associadas, e não apenas uma, e, por outro, da existência de necrópoles colectivas ao serviço das comunidades de diferentes estabelecimentos rurais (Carneiro, 2015: 132-133; Teichner, 2017: 559-560, 570). Sem que seja possível des-

trinçar a qual destes fenómenos se reportam as várias necrópoles estudadas, não podemos deixar de pensar em espaços funerários como a Chaminé, Padrãozinho, Terrugem, Camuagem, Cardeira, e eventualmente Eira do Peral, Monte da Ovelheira e Fontalva, como “*sítios-satélite*” (Carneiro, 2015: 133) ou, pelo menos, elementos estruturantes da paisagem, geográfica e humana.

Em suma, no retrato esboçado das denominadas «necrópoles céltico-romanas elvenses» sobressaem dois traços essenciais: em primeiro lugar, uma evidente diversidade das manifestações funerárias em meio rural e uma aparente ausência de normas padronizadoras, que se traduz, paradoxalmente, na “*enorme variabilidade exibida, tras la cual se ocultan regularidades aprehensibles de forma indirecta*” (Izquierdo, 1996-1997: 107); e, em segundo lugar, a ideia de estabilidade, nos gestos e na memória – nos gestos, pela relativa uniformidade da cultura material documentada e pelas evidências de um substrato conceptual comum às diversas comunidades; na memória, pela longa duração cronológica de várias necrópoles, convertidas em referentes simbólicos e geográficos (Carneiro, 2015: 132).

BIBLIOGRAFIA

DEUS, A. D., [s.d.]: *Descobertas arqueológicas no concelho de Elvas*, Arquivo da Fundação da Casa de Bragança [documento dactilografado; policopiado].

DEUS, A. D. (04/01/1950): *Explorações efectuadas em 4 de Janeiro de 1950*, Acervo Documental do Museu Regional de Beja, Pasta 97 [manuscrito].

HELENO, M. (1949): *Caderno N.º 1/1949/ Cambelas, n.º 3/ Antiguidades de Elvas e de Torres Ve-*

dras (n.º 3)/ Cambelas/ Arronches (contas)/ Outubro de 1949, Museu Nacional de Arqueologia - Arquivo Pessoal Manuel Heleno, APMH/2/18/1.

VIANA, A., (10/04/1952): *A Secção Arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa*, Acervo Documental do Museu Regional de Beja, Pasta 39, [documento dactilografado; policopiado].

ALARCÃO, A. (1988): “Recensões Bibliográficas”, *Conímbriga*, XXVII, 205-207.

- ALARCÃO, J. de (1984): “Sete jarros de vidro romanos”, *Lucerna*, Número Extraordinário, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, 173-178.
- ALARCÃO, J. de (1988): *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins.
- ALFAYÉ, S. (2010): “Nails for the dead: a polysemic account of an ancient funerary practice”, en GORDON, R. L.; MARCO, F. (Eds.), *Magical Practice in the Latin West*, Leiden-Boston, 427-456.
- ALMEIDA, M^a J. H. de (1999-2000): “Testemunhos da ocupação romana no concelho de Elvas: elementos para a história da Arqueologia regional”, *A Cidade*, 13-14, 53-76.
- ALMEIDA, M^a J. H. de (2000): *Ocupação rural romana no actual concelho de Elvas*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra [policopiado].
- AREZES, A. (2010): *Elementos de Adorno Altomedievicos em Portugal (Séc.s V a VIII)*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia (2º Ciclo) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- AREZES, A. (2014): *Ocupação “Germânica” na Alta Idade Média em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*, Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2011): *La cerámica romana en Augusta Emerita en la época Altoimperial. Entre el consumo y la exportación*, Mérida.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2012): “Las cerámicas comunes altoimperiales de *Augusta Emerita*”, en BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LA-COMBA, A. (Eds.), *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*, Cádiz, 407-433.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2013): *La terra sigillata hispânica en Augusta Emerita*. Estudio tipocronológico a partir de los vertederos del subúrbio norte, *Anejos de Archivo Español de Arqueología*, LXV, Mérida.
- CAEIRO, J. S. (1974-1977): “O espólio da Herdade do Reguengo, Vaiamonte”, *O Arqueólogo Português* (separata), s. III, vols. VII-IX, 227-238.
- CAEIRO, J. S. (1979): “O espólio arqueológico da Herdade do Reguengo (Vaiamonte). I. Materiais Dispersos”, *Conímbriga* (separata), XVIII, 113-120.
- CALDEIRA, A. I. (2004): *Alguns materiais arqueológicos romanos da Herdade do Reguengo (Vaiamonte, Monforte). Subsídios para a investigação*, Relatório Final de Licenciatura em História – variante de Arqueologia, apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa [policopiado].
- CARNEIRO, A. (2005): “Espólio da necrópole romana da Herdade dos Pocilgais (Fronteira). Uma leitura integrada”, *O Arqueólogo Português*, s. IV, 23, 283-320.
- CARNEIRO, A. (2014): *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural no Alto Alentejo*, Coimbra. https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/lugares_tempos_e_pessoas_povoamento_rural_romano_no_alto_alentejo_vol_i. https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/lugares_tempos_e_pessoas_povoamento_rural_romano_no_alto_alentejo_vol_ii
- CARNEIRO, A. (2015): “Morre-se há muito tempo sobre a terra. Topografia funerária e sociedade no Alto Alentejo em época romana”, *Actas do II Congresso de Arqueologia de Transição: o mundo funerário*, Évora, 125-139.
- CRUZ, M. (2009): *O vidro romano no Noroeste peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*, Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/988>
- CRUZ, M. (2015): “Espólio funerário de *Ammaia*. Os vidros”, en QUARESMA, J. C. (Coord.), *Ad Aeternitatem. Os espólios funerários de Ammaia a partir da coleção Maços do Museu Nacional de Arqueologia*. [s.l.], 169-226.
- CUNHA, M. E. (2008): *As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz). Do mundo funerário*

romano à *Antiguidade Tardia*, (Suplemento 4 de *O Arqueólogo Português*), Lisboa.

DAVIES, J. (1999): *Death, burial and rebirth in the religions of Antiquity*, London & New York.

DEUS, A. D.; LOURO, Pe. H. S.; VIANA, A. (1955): "Apontamento de estações romanas e visigóticas da região de Elvas (Portugal)", *III Congresso Nacional de Arqueologia, Galicia, 1953 – Actas*, Zaragoza, 568-578.

DIAS, V. M. (2015): "A cerâmica comum das necrópoles de *Ammaia*", em QUARESMA, J. C. (Coord.), *Ad Aeternitatem. Os espólio funerários de Ammaia a partir da coleção Maçãs do Museu Nacional de Arqueologia*, [s.l.], 47-89.

ENCARNAÇÃO, J. d' (1984): *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra. = IRCP

ENCARNAÇÃO, J. d'; ROLO, M. (2017): "Fragmento de placa funerária da Herdade de Font'Alva (Elvas)", *Ficheiro Epigráfico* (Suplemento de *Conímbriga*), 145, n.º 592. http://www.uc.pt/fluc/iarq/pdfs/Pdfs_FE/FE_145_2017

FABIÃO, C. (1998): *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa [policopiado].

FRADE, H.; CAETANO, J. C. (1987): "A necrópole romana da Lage do Ouro (Aldeia da Mata, Crato) - Primeiros Resultados", *Primeiras Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano – Actas*, Coimbra, 133-143.

FRADE, H.; CAETANO, J. C. (1993): "Ritos Funerários Romanos no Nordeste Alentejano", *II Congresso Peninsular de História Antiga – Actas* (Coimbra, 1990), Coimbra, pp. 847-887.

FRADE, H.; CAETANO, J. C. (2004): "Ritos funerários romanos", em MEDINA, J. (Ed.), *História de Portugal*, Lisboa, vol. III, 143-159.

GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. (2001): *El mundo funerário romano en el país valenciano. Monumentos funerários y sepulturas entre los siglos I a.C. – VII d. C.*, Madrid-Alicante.

HAYES, J. W. (1972): *Late Roman pottery*, London.

HELENO, M. (1951): "Arqueologia de Elvas, Notícia Preliminar", *O Arqueólogo Português* (Separata), Lisboa, nova série, I, 83-100.

HENRIQUES, H. (2014): "Marginalidade e reeducação de menores em Portugal: a Colónia de Vila Fernando (1880-1940)", *Estudios Humanísticos. Historia*, 13, 145-164.

ISINGS, C. (1957): *Roman Glass from dated finds*, Gronigen.

IZQUIERDO, P. (1996-1997): "Fluctuaciones económicas y cambios sociales en la protohistoria ibérica", *Arx*, 2-3, 107-138. <http://www.laiesken.net/arxjournal/pdf/izquierdo.pdf>

JIMÉNEZ DíEZ, A. (2006): "Contextos funerarios en la transición del mundo prerromano al romano en el sur peninsular", *Anales de Arqueología Cordobesa*, 17 (1), 67-98. <https://www.uco.es/ucopress/ojs/index.php/anarcor/article/view/8181/7657>

LOPES, L.; LOPES, J. CARRILHO; CABRAL, J. P.; SARANTOPOULOS, P. (2000): Caracterização petrográfica dos monumentos romanos de Évora, *A Cidade de Évora* (Separata), II série, n.º 4, 129-142. <http://home.uevora.pt/~lopes/Artigos/15.pdf>

LUZÓN, J. M. (1967): "Lucernas mineras de Riotinto", *Archivo Español de Arqueología*, 40 Madrid, 138-150.

MAYET, F. (1984): *Les céramiques sigillées hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique sous l'Empire Romain*, Paris.

MÁRQUEZ PÉREZ, J. (1998): "Aportaciones al estudio del mundo funerario en *Augusta Emerita*", *Mérida. Excavaciones Arqueológicas. Memoria 4*, 525-547.

MEZQUÍRIZ DE CATALAN, M^a A. (1985): "Terra Sigillata Ispanica", *Atlante delle Forme Ceramiche*. Enciclopedia Dell'arte Antica Clássica e Orientale, Roma, 2, 97-174.

- MORENO ROMERO, L. E. (2006): "Manifestaciones funerarias de época altoimperial en *Colonia Patricia*", *Anales de Arqueología Cordobesa*, 17 (1), 225-258. <https://www.uco.es/ucopress/ojs/index.php/anarcor/article/view/8187/7663>
- MORILLO CERDÁN, A. (2015): "Lucernas romanas en *Hispania*: entre lo utilitario y lo simbólico", en FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO, A.; ZARZALEJOS PRIETO, M. (Coord.), *Manual de cerámica romana II. Cerámicas romanas de época altoimperial en Hispania. Importación y producción*, Alcalá de Henares, 321-428.
- NOLEN, J. U. S. (1985): *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*, Lisboa.
- NOLEN, J. U. S. (1995-1997): "Acerca da cronologia da cerâmica comum das necrópoles do Alto Alentejo: novos elementos", *O Arqueólogo Português*, IV série, 13/15, 347-392.
- OLEIRO, J. M. B. (1952): *Catálogo de lucernas romanas*, Coimbra.
- OSWALD, F. (1931; 1964²): *Index of potter's stamps on terra sigillata "samian ware"*, London.
- PIRES, A. T. (1901): Catálogo do Museu Arqueológico de Elvas, *O Arqueólogo Português*, VI, 209-236.
- POLAK, M. (2000): *South Gaulish Terra Sigillata with Potters' stamps from Vechten*, Nijmegen.
- PONTE, S. (2006): *Corpus signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*, Casal de Cambra.
- RIPOLL LÓPEZ, G. (1998): *Toréutica de la Bética (siglos VI y VII d.C.)*, Barcelona.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2002): *Lucernas romanas del Museo Nacional de Arte Romano. Monografías Emeritenses 7*, Madrid.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2005): *Lucernas – Antigüedades Romanas 2*, Madrid.
- RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, M^a C. (2006): "El poblamiento del *ager cordubensis* y las necrópolis rurales", *Anales de Arqueología Cordobesa*, 17 (1), 325-352.
- <https://www.uco.es/ucopress/ojs/index.php/anarcor/article/view/8191/7667>
- ROLO, M. (2010): *A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4248/2/ulfi081248_tm_1.pdf
- ROLO, M. (2016): "Abel Viana e Vila Viçosa", en MONGE, M^a J. (Coord.), *Actas da Jornada Abel Viana (1896-1964). Paixão pela Arqueologia*, [s.l.], 83-110.
- ROLO, M. (2017): "O contributo dos trabalhos de Abel Viana e António Dias de Deus para o conhecimento do mundo funerário romano no termo sul do Alto Alentejo (Portugal) e o arqueossítio da Chaminé como caso de estudo", *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, 25, Pamplona <http://www.unav.edu/publicaciones/revistas/index.php/cuadernos-de-arqueologia/articulo/view/3979/7570>
- SÁNCHEZ BARRERO, P. D. (2000): "Territorio y sociedad en Augusta Emerita", en GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T. (Coord.), *Sociedad y Cultura en Lusitania Romana, IV Mesa Internacional*, Mérida, 203-228.
- SÁNCHEZ SÁNCHEZ, M^a A. (1992): *Cerámica común romana de Mérida: estudio preliminar*, Cáceres.
- STROSZECK, J. (2012): "Grave gifts in child burials in the Athenian Kerameikos: the evidence of sea shells", en HERMARY, A.; DUBOIS, C. (Eds.), *L'Enfant et la Morte dans L'Antiquité. III. Matériel Associé aux Tombes d'Enfants. Actes de la table ronde internationale organisée à la Maison méditerranéenne des sciences de l'homme (MMSH) d'Aix-en-Provence, 20-22 janvier 2011*. Paris/Aix-la-Provence, 57-75.
- TEICHNER, F. (2017): "*Locis Sepulcri in Agro – La Evidencia del Proyecto Urb*", en HIDALGO PRIETO, R. (Coord.), *Las Villas Romanas de La Bética*, I, Sevilla, 551-574. SAMI, D. (2010): "Changing Beliefs: The Transition from Pagan to Christian Town in Late Antique Sicily", en SAMI,

- D.; SPEDD, G. (Ed.), *Debating urbanismo. Within and Beyond the Walls. A.D. 300 – 700*, Leicester, 213-237.
- VAQUERIZO GIL, D. (Coord.) (2001): *Funus Cordubensium. Costumbres funerarias en la Cordoba romana*, Córdoba.
- VAQUERIZO GIL, D. (Ed.) (2002): *Espacios y usos funerarios en el Occidente romano*, Actas del Congreso Internacional celebrado en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Córdoba (5-9 junio 2001), Córdoba.
- VAQUERIZO GIL, D. (2010): *Necrópolis urbanas en Baetica*, Sevilla.
- VAQUERIZO GIL, D. (2015): *Escatología y miedo a los muertos en el mundo romano*, Discurso de ingreso a la Academia Andaluza de la Historia. Córdoba - 21 de Febrero de 2015, Córdoba.
- VAQUERIZO GIL, D.; VARGAS, S. (2001): "Tipología y evolución de los ajuares", en VAQUERIZO GIL, D. (Coord.), *Funus Cordubensium. Costumbres funerarias en la Cordoba romana*, Córdoba, 158-161.
- VIANA, A. (1950): "Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 12 (3-4), Porto, 289-322.
- VIEGAS, C. (2003): *A terra sigillata da Alcáçova de Santarém (Cerâmica, economia e comércio)*, Trabalhos de Arqueologia 26, Lisboa.
- VIEGAS, J. R.; NOLEN, J. U. S.; DIAS, M^a F. (1981): "A necrópole de Santo André", *Conímbriga*, XX, 5-180.
- WALTERS, H. B. (1914): *Catalogue of the Greek and Roman Lamps in the British Museum*, London.
- ZARZALEJOS PRIETO, M^a; JARAMILLO FERNÁNDEZ, I. (2015): "La llamada "terra sigillata" hispánica brillante (TSHB). Algunas reflexiones para una revision terminological y conceptual", en FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO CERDÁN, A.; ZARZALEJOS PRIETO, M^a (Coord.), *Manual de cerámica romana, II: cerámicas romanas de época altoimperial en Hispania: importación y producción*, Madrid, 493-533.